

A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS DE FRONTEIRA FRENTE AO DESAFIO DA INTEGRAÇÃO E PROPAGAÇÃO DA CULTURA REGIONAL.

Profa. Fabiane Dal'Asta

RESUMO: A questão da integração é muito ampla. Tomando como objeto de nosso estudo a integração cultural regional, teremos os museus como instrumento de capacitação, propagação e difusão de uma cultura, especificamente a emanada da região fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai. O presente trabalho tem por objetivo unir a importância da integração regional, tendo como ator principal os museus fronteiriços, num espaço onde está se fortalecendo a integração econômica, tendo como seu instrumento legal, o MERCOSUL. Chamar a atenção para o fato de que esta integração deve ser feita de forma global, atingindo as diferentes instâncias da sociedade em estudo, é o principal objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Museus de fronteira; integração, Mercosul.

Este trabalho é baseado no projeto de mestrado do MILA-UFSM (Mestrado de Integração Latino-americana), que está sendo desenvolvido, com a pesquisa ainda em fase inicial.

Primeiramente, é importante salientar que os museus utilizados neste trabalho são de cunho histórico e antropológico, ficando as outras categorias não explicitadas.

Numa retrospectiva histórica, considera-se que os museus são herdeiros do colecionismo. Eles sempre estiveram atrelados às classes dominantes, que por deleite ou pura curiosidade criaram os ditos Chambres de merveilles, jardins reais, galerias.

A época do Renascimento foi responsável pela aproximação de dois mundo distintos. Com a prepotência do mundo europeu, em se dizer “civilizado”, e repudiar tudo o que era fora de suas normas e padrões, o encontro deste novo mundo descoberto causou espanto, admiração e por certo massacre, desta sociedade tão diferente. Assim, surgiu a “necessidade” de se contemplar o novo, o exótico, vindo do Oriente e da América, institucionalizando estas formas de seres exóticos.

No Brasil, o Museu Nacional foi criado em 1818 a partir da Casa dos Pássaros, por D.

João VI, no Rio de Janeiro, como afirma Marly Rodrigues em seu texto: Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. Começava assim o início da prática dos museus no país, seguindo a mesma lógica européia.

Em 1936, Mário de Andrade empenhou muito esforço no seu projeto de lei, que visava preservar nosso patrimônio cultural e artístico nacional. Se pretendia preservar todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil. Getúlio Vargas cria, em 1937, o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que já começa a tomar algumas medidas de preservação e legislação referentes a bens culturais.

Em 1946 surge o ICOM, uma instituição civil ligada à UNESCO. Com o intuito de discutir os rumos da museologia, ele analisa e determina quais foram os museus que serviram de modelo no passado e quais os que o são no presente. Não só os museus entram na esfera do ICOM, mas também centros de documentação, sítios e monumentos arqueológicos, instituições que mostram espécies vivas, como zoológicos e jardins botânicos, aquários, viveiros, etc. Reservas naturais, centros de ciências e planetários estão sob a ótica do Conselho Internacional de Museus (Barretto, 2002). As primeiras regulamentações oficiais internacionais que contribuíram para o desenvolvimento das atividades de preservação e restauro culturais foram a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964). Sendo que esta última é uma ampliação da Carta de Atenas, que foi elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, em maio de 1964.

O texto da Carta de Veneza abarca artigos divididos em Definições, Conservação, Restauração, Sítios Monumentais, Escavações, Documentação e Publicação. O artigo sétimo da Carta de Veneza expressa muito bem a noção de totalidade de conservação, não dissociando o objeto a ser conservado (ou restaurado) de sua perspectiva histórica: “o monumento é inseparável do ambiente em que se situa e do qual é testemunho histórico.”

Atualmente, com destaque para a atuação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que substituiu o SPHAN, percebemos uma visão renovada do que vinha sendo posto em prática a nível nacional. As palavras preservação, reabilitação e valorização estão presentes nesta nova visão do IPHAN, que tem como papel fundamental do órgão público a proteção dos valores; a supervisão dos cuidados, elaboração dos critérios; desenvolvimento de ações exemplares; aperfeiçoamento técnico, dentre tantas outras atribuições (Wettort & Souza,

1998).

Neste século o conceito de museu passou por uma revisão. No mundo contemporâneo em que ocorreram milhares de evoluções tecnológicas, alguns fatores foram os responsáveis pela modificação da estrutura e funcionamento de alguns museus. Fazemos referência à alguns museus porque a grande maioria continua mantendo as formas dos primeiros museus, que foram criados pela realeza, clero, nobreza ou pela burguesia, de acordo com seu de gosto e em razão das suas necessidades.

A nova consciência patrimonial produzida após a Segunda Guerra Mundial; a espetacularização da cultura; as crises do ensino formal, a redefinição dos demarcadores (limites e fronteiras) e atrativos das cidades, foram alguns dos motivos desta nova forma de organização dos museus (Marshall, 2001). Até mesmo o advento da televisão obrigou a se repensar as técnicas de design e apresentação em todos os tipos de museu.

Estes fatores transformacionais deram um novo fôlego ao trabalho gerido nos museus. Eles são hoje não só centros culturais, mas também cenários complementares da aprendizagem, com um chamamento à interdisciplinaridade, além de serem atrações turísticas estratégicas. Percebemos então os diversos papéis que um novo museu pode alcançar, desde a sala de aula até a contribuição econômica na esfera turística.

Essas inovações na área museográfica têm obedecido, de um lado, à preparação dos responsáveis de que estas instituições só poderiam continuar a desenvolver devidamente suas funções didático-pedagógicas se se adequassem aos novos modos de compreender das novas gerações, impulsionadas por toda uma nova tecnologia e informação instantânea disponível à eles.

Porém, estas modificações só se manifestaram a partir da década de 1970, quando começaram as discussões sobre qual o papel social dos museus (Barretto, 2002). Havia a cobrança para que eles tivessem alguma utilidade na promoção de mudanças sociais, apesar deles não terem o poder de mudar injustiças, eles podem (e devem) mostrá-las e discuti-las.

Quando analisamos os museus situados na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, parece que todas estas modificações não estão realmente empregadas. O Museu Municipal David Canabarro, da cidade de Santana do Livramento é um exemplo claro desta estagnação museológica, contando com um acervo de médio porte, disposto em uma sala única, sala esta que não apresenta as condições de climatização e temperatura

adequadas, e sem critério para a exposição. Não se trata de menosprezar o museu da cidade de Livramento, mas sim apontar para a necessidade de se potencializar suas ações e criar condições favoráveis para um melhor aproveitamento de um espaço que contém uma história tão rica quanto necessária, até mesmo para a compreensão da história do Rio Grande do Sul.

Portanto, a região fronteira foi escolhida por apresentar características muito marcantes, principalmente aquela situada entre o Brasil, Argentina e Uruguai. Esta região de fronteira do Rio Grande do Sul apresenta peculiaridades que se manifestam não só na esfera econômica e política, como por exemplo a questão atual do MERCOSUL, como também no âmbito cultural e educacional, tendo como espaço de manifestação os museus.

Quando analisamos o conceito de fronteira, percebemos como ele é muito amplo e varia conforme o autor. Citando como exemplo Suzana Gastal, teríamos três tipos de fronteiras: a concreta, a simbólica e a metafórica. Para efeito de nosso estudo, consideraremos o tipo de fronteira concreta, mas sem desvincularmos das formas de manifestação cultural que vem junto com esta fronteira.

A fronteira é um espaço territorial que delimita dois ou mais países, e sabendo que o território é claramente uma construção política, cuja primeira função é servir de suporte à soberania de um Estado que se cria, temos, após a 1ª Guerra Mundial, a redefinição do conceito de linha de fronteira que é transferido para o conceito de região de fronteira, ou no conceito alemão desta mesma época, faixa de fronteira, significando assim um “alargamento” geográfico das influências fronteiriças entre dois ou mais territórios.

Segundo Antônio C. Castrogiovanni, fronteira é uma justaposição de culturas, onde exprime, através de suas rugosidades (marcas que se definiram ao longo do tempo e do espaço), os diversos momentos de poder que constituíram este espaço geográfico. Castrogiovanni nos expõe ainda que a fronteira sofreu uma resignificação de “lugar”. Se o território é o “lugar”, então a fronteira ocuparia o “entre lugar”, apontando assim para um espaço onde as especificidades seriam ainda maiores, com uma densidade maior de atrativos, criando assim uma justaposição de culturas.

O Brasil é o terceiro país no mundo em extensão de fronteira, com 16.886 Km. Podemos dizer que esta extensão se definiu ao longo das Entradas e Bandeiras, movimentos que ocorreram por volta do ano 1621, com a conquista do norte do Brasil e em 1680 com a criação da Colônia do Sacramento, situada na margem esquerda do Rio da Prata, em área pertencente, na época, ao

domínio espanhol.

Especificamente, o Rio Grande do Sul possui toda sua extensão oeste fronteira com a Argentina e Uruguai. Cidades como Santana do Livramento e Uruguiana tem apenas uma rua ou ponte separando os dois países. Neste espaço tão próximo é onde se cria e se manifesta a já citada justaposição de culturas, onde o trânsito de pessoas carrega o trânsito cultural. A fronteira passa a ser então uma questão de diversidades sociais entrecruzando os diferentes territórios.

Portanto temos uma questão relativamente peculiar, onde o tema região de fronteira se transforma em palco das manifestações culturais. Neste espaço, o museu tem um potencial que pode ser usado na promoção da integração fronteira, além de toda sua inegável contribuição ao ensino e turismo. Cabe agora saber como este espaço está organizado, se ele está ou não apto para a promoção desta cultura.

Segundo Ramos (2000), percebe-se que há uma nova forma de “olhar” os objetos de um museu. Segundo o autor, antes os objetos eram contemplados e analisados, obedecendo à “neutralidade científica” defendida por uma certa corrente histórica. Hoje, para os museus tornarem-se de fato uma opção de educação, eles devem estar organizados de forma a permitir argumentos críticos e a criar novas formas de interação com o público visitante (tanto o estudante quanto o turista).

Se por um lado ainda temos museus que comportam as regras de suas primeiras organizações, sem a preocupação de olhares críticos, e sim com a tarefa da simples observação, por outro lado temos novos modelos de museus que permitem ao público visitante uma outra forma de enxergar o acontecer histórico, tornando mais perto de sua realidade os acontecimentos de seu passado, como por exemplo o trabalho que está sendo desenvolvido no Museu do Ceará, que apostou em novas formas de exposição dos objetos. A maior crítica que se tem hoje em relação aos museus é que eles são sinônimos de “coisa velha”, empoeirada e sem serventia, a não ser para o Museu Histórico Municipal David Canabarro, na cidade de Santana do Livramento, a “grande” contribuição do museu para a comunidade é “emprestar” objetos para enfeitar vitrines de lojas do comércio santanense.

O grande desafio da nova organização dos museus históricos é justamente fazer com que seus acervos passem da condição de meros expositores para que de fato interajam com a comunidade em que estão inseridos. Para isto é necessário trabalhar, com o público visitante (e o começo deste trabalho começa em sala de aula), novas formas de ver o objeto exposto em um museu.

Para que o museu, na condição de propagador e divulgador de uma cultura tão específica deve estar preparado. Este é o ponto chave: diagnosticar estes museus, vendo como estão organizados e montar estratégias de como podem atingir seus objetivos. O que vale ressaltar aqui é explicitar como estes museus, estão sendo ocupados para alcançar a integração cultural regional.

Quando falamos em integração, principalmente nesta região do globo, logo nos vem à mente a questão do MERCOSUL. Tendo em vista que é um sistema que visa a integração comercial, para se alcançar o pleno desenvolvimento econômico de cada país-membro. Isto foi necessário pois se impôs uma nova ordem mundial, em que é necessário fazer frente aos desafios lançados pela globalização, principalmente na ordem econômica, que coloca os países em desenvolvimento em condições subalternas. É importante destacar que o desenvolvimento e a integração comercial, nos dias atuais, não pode mais ser feita desvinculada de uma ação social. Ou seja, existem outras esferas que também devem estar presente neste processo de integração, principalmente em uma região fronteira em que sua marca principal é a proximidade (neste caso a proximidade física), estão em jogo outros substratos sociais que estão fora da perspectiva integracionista.

Percebemos no dia-a-dia, através da mídia, o lento processo da integração comercial do MERCOSUL. Porém, acreditando que a eficácia deste Acordo só será cumprida se outras esferas entrarem em jogo, é que se afirma a importância da educação, da propagação da cultura e da identidade latino-americana. É preciso que a população de cada Estado-membro esteja ciente dos acontecimentos que ocorrem em seu país, e mais, que esta visão seja expandida para seus vizinhos.

Um exemplo que podemos tomar é a União Européia. Levando em conta suas especificidades, seu histórico e principalmente, que se trata de acordos entre países em pleno desenvolvimento, contrastando com nossa realidade, podemos perceber alguns aspectos positivos que o compõem. Lá, a integração se deu em diversos níveis nos diferentes países, e não se trata de negar a cultura regional, e sim de promover uma unificação sem deixar de lado sua historicidade específica.

Não se trata de uma visão pessimista do MERCOSUL, mas sim a análise de uma realidade que apresenta muitos problemas, alguns históricos, tanto na economia como em outros aspectos. Voltando a afirmar: é necessário realizar uma vinculação enquanto integração em todos os âmbitos e alcançando os diferentes estratos populacionais dos países participantes,

promovendo sua cultura regional. Somente assim o desenvolvimento econômico será plenamente realizado.

Portanto estas ações só terão eficácia quando os museus estiverem aptos a receber os estudantes com uma atividade realmente educadora. Pois os museus podem ser um dos instrumentos desta nova tomada da consciência da integração, que começa na educação. Trata-se de potencializar um instrumento que, por enquanto, apresenta graves deficiências, tanto estruturais (em seus acervos, unidade física, preparação de pessoal, etc) quanto “conceitual” (qual o papel do museu? como a população vê o museu? quais são suas atividades? etc).

A integração assume vários aspectos. O que é importante frisar é que, independente do aspecto a ser considerado, ela não pode ser desvinculada do seu campo de atuação, porque somente com iniciativas tomadas como um todo é que chegaremos a uma efetiva ação do MERCOSUL, na esfera econômica, social e educacional. É importante que os órgãos de preservação e de normatização dos museus e instituições afins atuem conjuntamente em consonância com as diretrizes (sejam elas econômicas) do MERCOSUL. A integração é desejada economicamente, mas também culturalmente, e imprescindivelmente na educação.

Referências Bibliográficas:

BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural. São Paulo: Papirus, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

INTERNET. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>.

MARSHALL, Francisco. O desafio de gerir o museu contemporâneo. In.: Jornal do MARGS. n. 75, Porto Alegre, dez. 2001.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio. Planificación integral del turismo - un enfoque para latioamérica. México: Trillas, 1999.

PIRES, Mário Jorge. Por que os museus brasileiros são pouco visitados. In.: Lazer e Turismo Cultural. São Paulo: Manole, 2001, p. 73-80.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto - o museu no ensino de história. Chapecó: Argos-Editora Universitária UNOCHAPECÓ, 2000.

WEFFORT, F SOUZA, M. Um olhar sobre a cultura brasileira. Brasília: MEC, 1998.